

A EXPERIÊNCIA DE SAPATEIRAS

NO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
DE CALÇADOS DE FRANCA NOS ANOS 1980¹

Vinícius Donizete de Rezende²

O “novo sindicalismo” no Sindicato dos Sapateiros

Na década de 1980, com o processo de abertura política, a campanha pelas Diretas Já, o desenvolvimento de vários movimentos sociais e a formação de oposições sindicais no cenário nacional, foram elaboradas as primeiras pesquisas que colocaram os trabalhadores de Franca como centro da análise. Tiveram como eixo central de reflexão a análise do evento conhecido como “virada sindical”, quando, em 1982, uma diretoria ligada à Pastoral Operária, ao “novo sindicalismo” do ABC, à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) e à formação do Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca³.

Os estudos a respeito da “virada sindical” foram de significativa importância, já que, pela primeira vez, privilegiaram a classe trabalhadora local como objeto central de análise. Porém, assim como muitos dos textos dedicados à interpretação do “novo sindicalismo”, seguiram uma linha de justificção e exaltação da atuação das novas diretorias, formadas a partir do final da década de 1970, em detrimento de toda a história do período anterior⁴. Construíram análises carregadas de juízo de valor, centradas na idéia de que, entre os anos de 1941 – fundação da entidade – e 1982, o Sindicato dos Sapateiros caracterizou-se pela sucessão ininterrupta de diretorias “pelegas”, responsáveis pela existência de um operariado “apático e não combativo”.

No ano de 1983 Elisabete Alves realizou o primeiro estudo que deu origem à tradição que estabelecia uma rígida oposição entre o “velho” e o “novo” sindicalismo em Franca. Suas considerações a respeito do movimento sindical na cidade, anterior à década de 1980, foram retomadas em vários trabalhos⁵ e perduraram até os anos recentes⁶. De acordo com a autora, Luis Magrin, fundador do Sindicato dos Sapateiros e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Franca, era um típico sindicalista getulista, defensor de uma política de harmonia com os patrões com o objetivo de conseguir melhorias para os trabalhadores. A autora afirmou que

a fundação dos primeiros sindicatos em Franca, se deu pós-revolução de 30, já com a implantação do sindicato vertical, isto é, atrelado ao Ministério do Trabalho. Assim, devido à ação controladora do Estado junto ao movimento sindical, percebe-se que a tendência do movimento operário francano é de *passividade*, de atuar de acordo com as leis implantadas pelo Estado Vargasista.⁷

Alves concluiu que a suposta tendência de “passividade” do movimento operário francano teria originado um operariado que se expressava “por uma certa *falta de consciência* e de *compromisso de classe*”, e que, portanto, estaria “alienado de sua própria realidade objetiva, isto é, negando as contradições de classe”⁸. Tais definições se inserem num quadro teórico-conceitual que concebe a classe como uma categoria estática. Como observa E. P. Thompson, tal noção de

classe como categoria estática tem conquistado peso em setores relevantes de todo o pensamento marxista. (...) De um modelo estático de relações capitalistas de produção são extraídas as classes que lhes devem corresponder e a “consciência” que deve corresponder às classes e à sua respectiva inserção. Em uma forma comum, geralmente leninista, isso fornece uma boa justificativa para uma política de “substitutivos”, como aquele de uma “vanguarda” que saberia mais que a própria classe quais seriam

tanto o interesse verdadeiro quanto a consciência mais conveniente a essa mesma classe.⁹

Apesar de me limitar, no presente artigo, a analisar determinados aspectos da história sindical dos sapateiros de Franca durante a década de 1980, o recorte não indica a concordância com as generalizações correntes a respeito do “peleguismo” e da ausência de conflitos de classe entre as décadas de 1940 e 1980¹⁰. Com o objetivo de analisar a atuação política de sapateiras na entidade, optei por limitar a pesquisa ao período de maior ativismo político-sindical da categoria. O “novo sindicalismo” teria representado uma experiência de sindicalismo autônomo, democrático e participativo. Além disso, ocorreu no cenário nacional um aumento significativo no número de trabalhadoras sindicalizadas na década de 1980¹¹, fatores que me fizeram considerar esse recorte temporal suficiente para os propósitos do trabalho.

As origens do “novo sindicalismo” em Franca encontram-se na inserção de Gilson Rodolfo Martins – ex-operário de São Bernardo do Campo e com experiência na militância político-sindical, tendo participado, por exemplo, da greve da Pirelli em 1978 – no Movimento de Idosos de Franca (MIF), experiência que se constituiu no seu primeiro contato com a população operária local. De acordo com seu relato,

como eu já tinha, naturalmente, toda uma visão de mundo estruturada, uma militância organizada, eu era ativo, vinculado a um esquema político, eu, vamos dizer assim, utilizei dessa convivência com as pessoas do MIF para, justamente, selecionar ali pessoas que teriam uma sensibilidade maior para política, ou uma disposição para fazer política.¹²

Apesar de não declarar diretamente, não parece equivocado supor que ele se dirigiu a Franca com o intuito de organizar um movimento de oposição sindical. Nesse sentido, parece razoável a afirmação de Tito Oliveira de que a ação política implementada por Gilson Martins deve ter sido “articulada e coordenada pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo visando a ampliação do movimento desencadeado na capital e no ABC com o *novo sindicalismo*”¹³.

Esse trabalho político resultou na formação da Pastoral Operária (PO) de Franca na Igreja de São Benedito, no ano de 1979, com o apoio do padre Juca, que, segundo Oliveira, “objetivava maior politização e uma nova evangelização do operariado local”¹⁴. A PO tinha por objetivo discutir questões pertinentes ao mundo do trabalho e reuniu diferentes categorias de trabalhadores, com destaque para a participação de sapateiros. A partir de 1982, a PO contou com o apoio do padre Jerônimo, ex-sapateiro, que havia substituído o padre

Juca. Ambos seguiam os princípios da Teologia da Libertação, movimento da Igreja Católica na América Latina que pregava a opção pelos pobres e buscava na Bíblia subsídios para o questionamento das mazelas do capitalismo. O depoimento do ex-padre Jerônimo permite observar características dos princípios que o levaram a fazer do sacerdócio um instrumento de luta política da classe trabalhadora.

Nos meus seis anos de sacerdócio, eu consegui abrir a Igreja para que os trabalhadores pudessem fazer da Igreja um espaço de organização das suas lutas e reivindicações, (...) para que fosse um espaço onde a classe trabalhadora pudesse organizar as lutas a partir da visão do evangelho. No nosso entendimento, Jesus veio para defender os oprimidos, não para defender os opressores. Por que o Cristo deixou bem claro isso, foi isso que a gente levou para a classe trabalhadora, que eles podiam vir pra dentro da Igreja, que ela não podia se omitir, com a pena de não realizar a proposta do evangelho que era uma proposta de estar ao lado dos pobres e oprimidos.¹⁵

O depoimento de Nelson Fanan, um dos primeiros membros da PO de Franca, permite perceber a importância que esses princípios tiveram para parte do operariado local. Fanan afirmou que foi a partir das discussões feitas na Igreja que começou a superar sua antiga concepção de que a política era restrita aos doutores e às pessoas ricas, e que fazia parte da vida de todos.

Tomamos conhecimento melhor de certos documentos da Igreja, e com a vinda do Juca em Franca, ele tinha outra visão da Bíblia, do trabalho, dos documentos da Igreja e do operário (...) Sem sair da Igreja a gente viu que a Teologia da Libertação é bem assim específica pra libertar o trabalhador. A gente viu que ao invés de ficar só visitando, dando cesta básica, a gente tinha que partir pro lado político, que abre mais o olho. Que a pessoa politizada ela vai enxergando bem mais. Então com isso a gente começou a despertar...¹⁶

Inicialmente, as reuniões da PO eram realizadas com um pequeno número de participantes devido ao receio de repressão por parte do regime militar. Dentre as primeiras atividades organizadas por esse grupo de trabalhadores, destacam-se as panfletagens clandestinas – boletins da PO e de oposições sindicais de São Paulo –, que tinham por objetivo estimular os trabalhadores a questionar as condições de trabalho a que estavam expostos; a realização de missas de protesto durante as comemorações do 1º de maio; e a participação em assembléias do Sindicato dos Sapateiros, com o objetivo de questionar a prática dos dirigentes sindicais do período.

Tais atividades teriam contribuído para que o grupo adquirisse maior reconhecimento social junto à categoria dos sapateiros. Como afirma Oliveira, “o apoio e participação efetiva da Igreja neste início foram primordiais para a conquista da confiança e da simpatia dos trabalhadores francanos”¹⁷. Além do apoio da Igreja, foi fundamental para o grupo a referência que as greves e o sindicalismo do ABC representaram, tornando-se um modelo a ser seguido. O depoimento de Jorge Luis Martins (Jorginho) oferece subsídios para nossa afirmação.

Nós sofremos muita influência das grandes greves do ABC, dos anos 78 e 79, quer dizer, todo o movimento que surgiu no ABC com aquela força do *novo sindicalismo*, dos sindicatos autênticos, ele acabou batendo na gente. (...) Nós falava: “Olha, sindicalismo é aquilo lá, que luta junto com os trabalhadores, que organiza, que quebra o pau! – no sentido de exigir direitos. Não é essa coisa... esse bando de puxa-sacos..., eram nesses termos que eram tratados, ... que se apossou da nossa entidade.”¹⁸

O principal objetivo definido pelo grupo que se articulou em torno da PO foi montar uma chapa de oposição para disputar as eleições do Sindicato dos Sapateiros, com o intuito de transformar a entidade por dentro. É importante destacar que foi durante a campanha eleitoral que passaram a defender a constituição de comissões de fábrica e, após a eleição, a apoiar a disputa pelas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) como uma maneira de conquistar maior presença no chão de fábrica, processo diferente do ocorrido junto aos metalúrgicos de São Paulo¹⁹.

O processo de montagem da chapa de oposição que disputou as eleições sindicais, em 1982, foi turbulento. O núcleo da PO era composto por cerca de dez pessoas, o que gerou a necessidade de recorrer a amigos e conhecidos para se alcançar o número de membros exigido para disputar as eleições. Algumas pessoas que compuseram a chapa se conheceram apenas na semana em que ela foi montada. Outros, segundo Jorginho, não possuíam uma nítida definição político-ideológica.

Nós tivemos que pegar uma chapa de muita gente que não tinha esse compromisso em comunidade, que não tinha noção de organização em grupo. Vieram várias pessoas que desistiram logo no primeiro ano de mandato. Mas antes do mandato essa chapa era composta de gente da Pastoral Operária e tinha gente também que entrou apenas para dar o nome pra completar a chapa. (...) Existiam pessoas, amigas da gente, que confiavam na gente mais pelo vínculo de amizade do que pelo vínculo político ou de compromisso estratégico com o que nós estávamos fazendo.²⁰

No começo da disputa eleitoral, muitos membros quiseram retirar suas candidaturas em função da pressão que sofriam de seus patrões nas fábricas, sendo necessário um trabalho de convencimento para que se acalmassem e se mantivessem inscritos. Outros tiveram sua candidatura impugnada pelo Ministério do Trabalho devido a uma ação dos membros da Chapa 1, que tentava a reeleição. Dentre as alegações, estava a de que muitos não possuíam o tempo mínimo exigido de filiação ao sindicato. Graças a uma liminar conseguida por intermédio de Toshio – militante da OSM-SP, e que se tornou assessor do Sindicato dos Sapateiros de Franca após 1982 –, a Chapa 2 pôde disputar e vencer as eleições sindicais.

As principais propostas da Oposição Sindical Sapateira foram a luta pela liberdade e autonomia sindicais, 40 horas de trabalho semanais, salário-base de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), constituição de comissões de fábrica e contrato coletivo de trabalho. Além dessas propostas de caráter mais geral, em consonância com as reivindicações gerais do “novo sindicalismo”, formularam-se propostas mais específicas, como o melhor funcionamento do sindicato e o combate ao saturnismo, doença causada aos sapateiros pelo contato com chumbo por meio das tachinhas utilizadas na confecção do sapato.

O elemento central da campanha da Chapa 2 foi o discurso de oposição entre o “velho” e o “novo” sindicalismo, qualificando-se os dirigentes sindicais rivais como “homens de gabinete”, “meros burocratas” e “pelegos”. Essa característica não se limitou à disputa eleitoral, fez parte da construção de uma memória comum ao grupo de sindicalistas em estudo e que se difundiu entre vários operários que vivenciaram esse processo. O pós-1982 ficou registrado como o período de maior combatividade da categoria, sendo o elemento central para a elaboração dessa memória coletiva a realização das grandes greves, principalmente, durante as campanhas salariais.

As greves da década de 1980 constituem-se, portanto, em elemento fundamental para a compreensão de algumas características do “novo sindicalismo” em Franca. Destacam-se as greves de 1985 e de 1986. A partir da campanha salarial de 1985, adotou-se a prática de realização de reuniões em bairros com o objetivo de se construir coletivamente a pauta de reivindicações a ser encaminhada ao sindicato patronal. A campanha salarial caracterizou-se ainda pela realização de Assembléias Gerais com grande número de participantes. A greve de 1985 ficou registrada como a principal greve da história dos sapateiros, devido à repressão policial que o movimento sofreu e ao contra-ataque dos operários, que depredaram várias fábricas. O sindicato sofreu intervenção, e alguns diretores foram detidos. A diretoria permaneceu como a legítima representante junto à categoria, trabalhando nas dependências da igreja de São Benedito, fato

que indicou que o sindicato poderia possuir uma existência independente de sua sede desde que contasse com o respaldo dos operários.

Na campanha salarial de 1986 conseguiu-se um acordo salarial sem a necessidade da realização de greve, bem como a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. É necessário ressaltar que esse ano representou a maior produção de calçados já alcançada pelas indústrias do município, com 36 milhões de pares de sapatos fabricados, o que pode indicar que por meio da intensificação do processo de trabalho tornou-se possível aos capitalistas absorverem parte das conquistas operárias.

A greve de 1986 ocorreu fora da data-base. Foi deflagrada após a decretação do Plano Cruzado, que causou redução salarial aos trabalhadores. Estes exigiram reposição salarial capaz de manter o valor real dos salários que tinham antes da decretação do plano econômico. A novidade desse movimento grevista foi a realização de greves por empresa. Significou o rompimento da centralização das negociações entre o Sindicato dos Sapateiros e o Sindicato das Indústrias de Calçados, estabelecendo-se a negociação direta entre operários e patrões, com a intervenção e participação dos dirigentes sindicais.

Em geral, as greves tiveram o efeito prático de conseguir aumentos salariais para a categoria, que foram um tanto significativos de acordo com as diferentes conjunturas econômicas em que se realizaram, e de conquistar a redução da jornada de trabalho de 48 para 45 horas semanais²¹. Contribuíram ainda para a formação de laços de solidariedade entre os operários que, por meio de reuniões em bairro, assembléias e da realização das greves, puderam expressar coletivamente o sentimento de revolta contra a situação de exploração a que eram submetidos.

Outra inovação relevante promovida pela nova diretoria foi a elaboração do boletim informativo da categoria, intitulado *O Sapateiro*, que tornou-se importante instrumento de divulgação das conquistas nas campanhas salariais e de denúncias dos próprios trabalhadores a respeito do descumprimento de cláusulas do acordo coletivo, das péssimas condições de trabalho e dos conflitos cotidianos. Ao mesmo tempo, o boletim constituiu-se no órgão oficial de divulgação das realizações políticas da diretoria e teve o papel de difundir e consolidar a imagem dos dirigentes sindicais do período como combativos e defensores dos interesses da categoria.

Ocorreu ainda uma mudança no que se refere à gestão dos recursos da entidade. Progressivamente, foi desmontado o antigo aparato assistencial de prestação de serviços aos associados. Manteve-se o corpo de advogados, mas suprimiu-se o quadro de médicos e dentistas da entidade. O motivo alegado era o de que tais serviços seriam de responsabilidade do Estado e não do sindicato, que assim poderia realizar cursos de formação política para a catego-

ria; comprar carro de som para as campanhas salariais; montar uma gráfica; apoiar outras chapas de oposição, como ocorreu em relação às categorias dos curtumeiros, dos trabalhadores da saúde e dos condutores e cobradores de ônibus de Franca; e fortalecer a implantação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) regional.

Essas e algumas outras realizações foram trabalhadas à exaustão pela historiografia da virada sindical. Sem dúvida, tais feitos representaram avanços significativos na luta operária. Não obstante, faz-se necessário tecer uma breve interpretação de características negligenciadas por outros pesquisadores. A análise mais detida a respeito da formação da Oposição Sindical Sapatista em Franca pode contribuir para se compreender tanto o abandono do sindicato por muitos dos membros eleitos, como as origens da centralização da gestão em torno de um pequeno grupo de diretores da entidade, o que ocorreu já nos primeiros anos de administração.

A maneira como se deu o processo de formação da oposição sindical carrega algumas características do que pode ser chamado de política de vanguarda, segundo a qual um núcleo restrito de militantes toma a frente da luta de classes e tem a função de conduzir os demais membros na ação política. Não por acaso, esteve tão presente nos depoimentos dos participantes do movimento, assim como na chamada historiografia da “virada sindical”, a concepção da necessidade de “conscientização” dos operários de Franca por parte do grupo que se articulou em torno da PO, como se fossem capazes de mostrar aos operários quais eram seus “verdadeiros” interesses. Um exemplo dessa concepção encontra-se no relato de Gilson Martins, no trecho em que ele narra como os operários poderiam se transformar em sujeitos ativos da história.

É o fator de mudança, quer dizer, você pode ser sujeito da história, você não é só objeto. Isso em Franca e na região ficou mais que demonstrado. Era uma região completamente nula do ponto de vista sindical, da militância. De repente alguns anos de trabalho ali, bem feito em termos de *conscientização* e de organização, funciona, você altera qualquer realidade.²²

Em conjunto com essa postura vanguardista, que acredita ser função dos “militantes esclarecidos” conscientizar a massa operária, ocorreu o processo de centralização política da gestão do sindicato. Em muitos relatos, ocorreu a construção de discursos que explicavam esse processo, exclusivamente, a partir de desvios de ordem pessoal, motivados em grande parte por ambições individuais, sendo Fábio Cândido retratado como principal expoente dessa tendência. Jairo Ferreira, por exemplo, enfatizou que Fábio entrou na PO quando essa já estava constituída.

O Fábio nunca participou de nada, ele chegou também no final. Ele era muito amigo do Helinho²³. No final que ele começou a participar... uns quatro, cinco meses antes da gente formar a chapa, aí que ele começou a participar. Chegou e tomou a rédea (...) Aí no momento que ele perdeu o emprego aqui, ele começou a viajar com esse pessoal de São Paulo. Quer dizer, nós que levou o movimento até certo ponto, de repente *nós foi ficando afastado*.²⁴

Naturalmente, essa é uma das versões possíveis construídas a partir de uma releitura do passado caracterizada pelo posicionamento presente do narrador, que tende a dar coerência e encadeamento lógico ao seu discurso. Ou seja, essa construção é centrada no fato de que o narrador conhece os resultados do processo que vivenciou, e, muitas vezes, rememora o passado a partir dos posicionamentos do presente. Além disso, muitas vezes a memória expressa as disputas políticas em jogo e ao lembrar o narrador pode fazer um “acerto de contas” com o passado. No mesmo sentido do relato de Jairo, outros sindicalistas entrevistados relataram que Fábio Cândido não se ocupava dos assuntos correntes do dia-a-dia da entidade, como o atendimento ao público e panfletagem em porta de fábrica. Rubens Faccirolli o definiu como um dirigente sindical que tinha dificuldades de trabalhar em grupo, autoritário e personalista. “Então por isso ele foi eleito com o maior número de votos da história [eleição de Fábio para vereador em 1988], porque ele marcou ele como o sindicato, o sindicato na cidade era o Fábio.”²⁵

Cabe ressaltar que, após a eleição de Fábio para vereador, ocorreu um distanciamento e rompimento entre ele e os demais sindicalistas, que resultou no seu isolamento político e desligamento do PT. Fatos que podem ter contribuído para a construção das versões que justificaram os “erros” na administração da entidade a partir do autoritarismo individual de seu presidente. Contudo, é inegável que ocorreu, em torno de Fábio Cândido, a construção da imagem pública de sindicalista brigão e corajoso. A imprensa local contribuiu sobremaneira para isso ao associar periodicamente a imagem de Fábio Cândido às ações da entidade²⁶. Em parte, seu prestígio, cujo maior destaque foi a expressiva vitória eleitoral de 1988, pode ter decorrido de seu personalismo. Contudo, também pode ter significado o seu reconhecimento junto ao operariado local como um líder legítimo, representante de um sindicato que expressava os anseios desses trabalhadores nos anos 1980, os quais foram materializados, em grande parte, nas disputas em torno da questão salarial, potencializada pela inflação galopante do período.

Para além das explicações centradas exclusivamente nas atitudes individuais desse ou daquele sindicalista, há que se observar que certos limites do “novo sindicalismo” foram inerentes às próprias concepções e práticas po-

líticas de seus personagens. De acordo com diferentes depoimentos, a falta de democracia interna no cotidiano da entidade não foi exclusividade de seu presidente. As principais decisões teriam se restringido a um pequeno grupo de diretores, composto por Fábio Cândido, Jorginho, Rubens Faccirolli e Toshio. A tendência de centralização foi constatada até mesmo na fala de Fábio, como se observa no trecho a seguir:

Existia o Executivo, os diretores que estava afastados e os que não estava afastado, então praticamente havia dois corpos nisso daí, *dois poderes de decisão*, mas de uma certa forma a crítica que o pessoal fazia é que havia uma certa unidade entre eu que era o presidente, entre o Jorginho que era o tesoureiro, e o próprio Rubens que era o secretário e o Toshio. (...) ²⁷

Outra questão proeminente foi o distanciamento que ocorreu entre diretores afastados e diretores de base, fato que indica os limites do discurso em defesa do fortalecimento da presença do sindicato no interior das fábricas, pois até mesmo alguns dos sindicalistas que se mantiveram em contato direto com o mundo do trabalho abandonaram a entidade. Essa foi uma acusação sempre feita aos sindicalistas do pré-64, como se fosse uma marca exclusivamente deles. Alguns dos principais dirigentes sindicais do período, ao realizarem um balanço de suas atuações à frente do Sindicato dos Sapateiros, reconheceram que foram incapazes de romper com certas características da estrutura anterior, como a burocratização, e que não conseguiram efetivar um dos principais ideais do “novo sindicalismo”, a representatividade no chão de fábrica. De acordo com Jorginho,

Nós conseguimos a transformação no sentido de sermos um instrumento de luta. Agora, nós não conseguimos transformar a estrutura do sindicato. (...) Nós formamos dezenas de dirigentes sindicais por essa cidade, de dirigentes partidários importantes, mas *nós não conseguimos transformar o poder no local de trabalho*, nós não conseguimos implantar, vamos dizer assim, núcleos que tenham verdadeiramente o poder de discussão etc. etc. (...) ²⁸

Combinado aos limites do fortalecimento do sindicato no chão de fábrica, há outra característica relevante para a compreensão da dinâmica interna do movimento sindical, qual seja, a tendência de acomodação entre aqueles operários que se afastaram do trabalho em fábrica para ocupar cargos na direção do sindicato da categoria. A principal expressão dessa característica seria o fato de alguns dirigentes sindicais terem se distanciado do contato corpo a corpo com

os trabalhadores para se dedicarem exclusivamente à administração da entidade. O trecho a seguir é fundamental para se compreender tal processo:

Se você sai de dentro de uma fábrica, cê vai prum sindicato, então sua tendência, de uma certa forma, é de se acomodar ali, fica sentado ali, igual alguns diretores ali se acomodou mesmo. O Toshio não, pegava no meu pé, pegava no pé do próprio Jorginho pra ir pra porta da fábrica...²⁹

Além da “acomodação”, muitos sindicalistas dificilmente regressariam à condição anterior de operários no chão de fábrica, fazendo da função de representantes da categoria uma profissão. Acrescente-se a essa tendência de profissionalização da representação sindical as disputas internas por poder. Lucy Lene Joazeiro (Lucy) e Everalda Flores (Vera) afirmaram que a experiência como sindicalistas foi extremamente frustrante, pois acreditavam que seria possível lutar pelo estabelecimento de uma nova sociedade e, no entanto, se depararam com diferentes expressões de disputas internas por poder e ocupação de espaço no meio sindical, sobretudo na CUT³⁰. Não eram meras disputas individuais, envolviam diferentes tendências que expressam seus posicionamentos por meio de projetos políticos distintos na luta pela hegemonia nos congressos da Central.

Em síntese, a prática de centralização das decisões em torno de um núcleo de dirigentes, combinada com a profissionalização de militantes político-sindicais, contribuiu para que eles se constituíssem em uma elite sindical, uma das principais expressões da burocratização do “novo sindicalismo”. Não obstante, o Sindicato dos Sapateiros obteve legitimidade junto à categoria, a meu ver, porque, além da luta salarial, tornou-se referência para diversas denúncias e reivindicações por meio de *O Sapateiro*, que contribuíram para a expressão coletiva da insatisfação com as condições de trabalho. Por outro lado, uma vez que esses sindicalistas se posicionavam como socialistas e defensores de uma sociedade igualitária, a manutenção de uma estrutura hierárquica, a centralização e a burocratização refletiram a incapacidade de avanços mais significativos no que se refere à construção de relações sociais igualitárias na própria condução do sindicato em que estiveram à frente.

As sapateiras e o sindicato

As eleições para a diretoria do Sindicato dos Sapateiros de Franca eram trienais. Por meio da pesquisa nos arquivos da entidade localizou-se apenas um Livro de Atas de Posse de diretorias³¹. Entre 1967 e 1982, período em que foram realizadas cinco eleições, apenas no ano de 1976 uma mulher, Heloisa

Martins Tristão, tomou posse como diretora da entidade. Mesmo assim, não ocupou cargos na administração, manteve-se como suplente e, provavelmente, não teve participação ativa no cotidiano do sindicato, dada a ausência de seu nome nas atas de reuniões de diretoria. Em função da inexistência de estatísticas da entidade a respeito do número de filiados nos anos em análise, não foi possível estabelecer uma proporção entre o número de homens e de mulheres filiados ao Sindicato dos Sapateiros. Contudo, o fato de que, entre 1967 e 1982, apenas uma mulher tenha tomado posse como diretora é um indício da pouca participação que as trabalhadoras tiveram na entidade até a década de 1980.

Os depoimentos de sapateiras de mais idade ofereceram algumas possíveis explicações para a quase ausência das mulheres na direção de sua entidade representativa. A maior parte das famílias dessas trabalhadoras não tinha o hábito de discutir assuntos políticos no seu cotidiano. Para muitas, o voto era sinônimo de obrigação, não sendo considerado um direito conquistado após anos de luta³². Nesse contexto, era comum decidir em quem votar na última hora, por influência de algum amigo ou conhecido, isso quando não anulavam o voto. Esses fatos se refletiram na não participação direta no meio sindical. Entre a década de 1950 e início da década de 1980, o Sindicato dos Sapateiros constituiu-se em reduto quase que exclusivo de homens, sobretudo, no que se refere à administração da entidade.

Entre as sapateiras pioneiras no ingresso em grandes unidades produtivas, predominou a concepção favorável à política sindical de não confrontação direta com os patrões, o que se traduzia no posicionamento contrário à realização de greves. Muitas afirmaram que eram favoráveis à prática de negociações amigáveis com os patrões tendo por objetivo a obtenção de melhorias salariais. Além da questão salarial, o sindicato era visto como um instrumento eficaz para a luta pelo cumprimento dos direitos trabalhistas. Esse discurso pode refletir um posicionamento mais conservador por parte de algumas trabalhadoras que vislumbravam nos movimentos grevistas uma ameaça à ordem social. Por outro lado, é necessário afirmar que as narrativas centradas na minimização dos conflitos de classe possuem vários significados, como encobrir publicamente ações de contestação à disciplina fabril desenvolvidas no cotidiano de trabalho³³.

Outros depoimentos demonstraram que a efervescência político-sindical a partir de fins dos anos 1970 e início da década de 1980 atraiu jovens sapateiras para a militância partidária e sindical, pois as propostas do “novo sindicalismo” e do Partido dos Trabalhadores aglutinaram muitos de seus anseios. Nesse contexto, os movimentos grevistas tornaram-se o principal instrumento da revolta operária contra a exploração no mundo do trabalho.

As sapateiras marcaram sua presença nas greves que eclodiram na cidade de Franca, a partir de meados dos anos 1980.

Dada a heterogeneidade da classe trabalhadora, foi possível verificar a existência de diferentes interpretações, por parte das trabalhadoras, a respeito das greves dos sapateiros. Para aquelas que se tornaram militantes sindicais, representavam movimentos legítimos da luta operária pela ampliação de direitos trabalhistas e melhorias salariais. Maria das Graças foi uma das trabalhadoras que participou ativamente de movimentos grevistas no período e que se filiou ao PT. Afirmou com orgulho que sempre participou de assembléias e das greves da categoria.

Ah, nas assembléias eu participava de todas! De greve também participei de todas! “Vamos fazer greve, vamos fazer greve!” Então vamos. Eu queria estar junto, e achava que era um direito. Achava não, é um direito do trabalhador fazer greve! Eu sei que nas greves a gente justificava assim, por aumento de salário... Então, o que pregava: “Se não fizer greve não vai ter aumento; então, se não vai ter aumento, então vamos para a greve que aí tem aumento.”³⁴

Em seu relato a respeito dos desdobramentos da greve de 1985, duramente reprimida pela polícia, Maria das Graças fez questão de afirmar que não tinha medo da repressão. Por meio de uma construção narrativa heróica, afirmou que, se fosse morta, estaria morrendo por uma luta justa dos trabalhadores.

Nós ficamos lá na praça da Capelinha, aí a polícia vinha e a gente tinha que correr. Eu não tinha medo, eu falava: “Se chegar e me matar, eu morri por uma causa que é estar lutando por uma coisa que vai melhorar para nós”. Então eu não tinha medo. Eu levantava de madrugada, ia para os pontos, para as portas de fábrica e não tinha medo nem da polícia.³⁵

Esse depoimento, apesar de seu caráter “heróico”, contribui para se relativizar a construção da imagem da mulher como um ser frágil, que não participava de movimentos grevistas em função do medo da violência. Entretanto, outras trabalhadoras vislumbravam nas greves a expressão de ações legítimas dos operários, porém perigosas, sobretudo para as mulheres. A repercussão da repressão policial aos movimentos paredistas pode ter contribuído para potencializar o medo da violência entre algumas trabalhadoras.

Além do medo de repressão, outras trabalhadoras afirmaram que nunca participaram de movimentos grevistas por medo de perder o emprego, pois os trabalhadores que participavam de greves ficavam marcados negativamente

no interior das empresas. Cabe ressaltar, que essa reação não era, necessariamente, exclusiva das trabalhadoras, pois muitos trabalhadores poderiam ter os mesmos receios, sendo, portanto, uma característica que transcende as questões de gênero. Cecília Silvestre foi uma das sapateiras que expressou esse tipo de opinião, afirmando que nunca gostou de greve. “Porque não é fácil ficar batendo de fábrica em fábrica pedindo serviço. E geralmente quem entra em greve não é bem visto, aí acaba sendo mandado embora.”³⁶

Outros depoimentos indicaram que algumas operárias consideraram o movimento sindical da década de 1980 extremamente radical, promotor de conflitos desnecessários e prejudiciais aos interesses da classe trabalhadora. Joana Odete da Silva relatou que participou de movimentos grevistas, mas que deixou de concordar com a atuação dos sindicalistas do período, que teriam liderado vários tumultos desnecessários, e que em diferentes ocasiões teriam se omitido quando os patrões não cumpriram os acordos estabelecidos nas Convenções Coletivas.

O meu negócio era lutar pra conseguir aquilo que eu tinha perdido. Eu sempre achei um erro muito grande esse negócio de o patrão ganhar tudo e nós não ganhar nada. Por quê?!!! Não!!! Não tem lógica isso. Então é pra brigar, então vamo brigar. Vamo atrás do nosso direito! Só que o que o sindicato fazia? Era aquele tanto de gente, aquela molecada jogando pedra nos vitrô de fábrica. Chegava na hora H pra não dar em nada; pra não conseguir?!³⁷

Apesar desses diferentes posicionamentos a respeito da participação de mulheres na realização de greves, constatou-se que as sapateiras se fizeram presentes em tais movimentos e que isso contribuiu para que algumas ingressassem nas chapas que disputaram e venceram as eleições sindicais na década de 1980.

Dos 24 membros inscritos para disputar as eleições pela Chapa 2, 22 tomaram posse no dia 25 de outubro de 1982, e entre esses havia apenas uma mulher. Além disso, Maria José da Costa não esteve presente na reunião para a distribuição de cargos da diretoria e não ocupou nenhum cargo efetivo na administração da entidade³⁸. Dada a ausência de seu nome nas demais atas de reuniões de diretoria, constata-se que não teve participação efetiva no sindicato e, provavelmente, fez parte do grupo que abandonou a direção antes do final do mandato.

Se a participação efetiva de mulheres na *virada sindical* foi pouco significativa, na eleição de 1985 a questão da presença das trabalhadoras no sindicato da categoria, ao menos oficialmente, ganhou posição de destaque. Não obstante, dos 22 candidatos, havia apenas duas mulheres na composição da

chapa, Léia Maria de Rezende e Lucy Lene Joazeiro. Nos panfletos de campanha da Chapa 1, as duas militantes eram definidas nos seguintes termos:

Léia

Há anos participa do movimento popular e tem um profundo senso de organização. Participa da Chapa, pois não podemos entender uma Diretoria sem a presença das mulheres que nesses últimos anos têm se destacado nas lutas da classe trabalhadora. Léia ajudou na organização do I Congresso dos Sapateiros de Franca. [1984]

Luci [Lucy]

Todos a conhecem. “A mulher também está na luta por melhores condições de trabalho”, foram palavras pronunciadas por Luci na grandiosa assembléia do dia 31 de janeiro de 1985. Tinha que estar conosco.³⁹

Nesse mesmo panfleto, foi publicado um texto, de autoria de Léia e Lucy, que afirmava a necessidade de as sapateiras se unirem à luta da categoria. As trabalhadoras deveriam exigir de seus patrões o cumprimento da lei a respeito da igualdade salarial, bem como a disponibilização de creches e berçários para as mães deixarem seus filhos e trabalharem tranqüilas. Destaco o trecho a seguir por expressar questões cruciais do cotidiano de trabalho relacionadas às sapateiras.

Companheiras,

[Devemos] exigir ainda, respeito por nós mulheres, pois alguns chefes se acham no direito de bancarem os engraçadinhos, outros gritam com as companheiras, se julgam superiores, afinal, eles são homens e nós, simples mulheres, frágeis e submissas. Precisamos acabar com essa imagem que fazem de nós e mostrar que somos seres humanos tão fortes, inteligentes e capazes, quanto eles.

Nosso lema é a participação essencial da mulher para se construir uma sociedade com igualdade, onde a mulher deve ter os mesmos direitos.⁴⁰

Ao ser questionada a respeito da autoria do referido texto, Lucy afirmou que, pelo que se lembra, o texto deve ter sido formulado pelos diretores que encabeçavam a chapa. “Nem eu, nem a Léia, tínhamos a formação para elaborar esse tipo de discurso. Poderia, de repente, satisfazer a nossa vontade, mas não exatamente que nós tenhamos dito isso.”⁴¹ Léia de Rezende apresentou uma versão diferente, afirmando que o texto deve ter sido escrito a partir de uma discussão coletiva entre os membros que compuseram a chapa. “A gente

sentava e discutia cada boletim que ia sair, porque senão você chegava e não tinha fundamento para discutir com alguém na porta de uma fábrica. Era uma discussão prévia para a elaboração do boletim.”⁴²

Destaco essa questão pelo fato de que, ao rememorar os acontecimentos daquele período, Lucy afirmou ter a impressão de que foi convidada a participar da chapa como uma estratégia para conquistar o voto das sapateiras. Essa afirmação também pode ser decorrente de seus posicionamentos presentes, já que relatou que após a vitória eleitoral teve um papel secundário no cotidiano da entidade, a qual permaneceu sob o controle de um pequeno grupo de dirigentes do sexo masculino.

Eu penso assim, como eu era uma pessoa que eles já me conheciam, tava por ali; na época, como eu te falei, eu era aquela sapateira que tava sempre indo lá no sindicato, querendo saber. Então não tinha muitas mulheres que eram de freqüentar, de participar. E eu acho que pra eles, enquanto homens..., era importante ter mulheres na diretoria, porque tinha e tem muitas mulheres sapateiras. E uma diretoria só de homens não era muito interessante. Então, *acho que foi mais por essa questão, pra figurar! Por isso tinha duas mulheres na diretoria. Então eu tenho essa impressão, que era mais pra transparecer essa abertura!!!*⁴³

Na eleição de 1988, a chapa que concorreu à reeleição não teve oposição e foi composta por 24 membros, dos quais três eram mulheres. Léia manteve-se como diretora efetiva, e ingressaram Everalda de Souza, delegada representante efetiva, e Maria das Graças de Moraes, suplente do Conselho Fiscal, a qual abandonou o cargo antes do fim do mandato e deixou de ter participação no cotidiano da entidade.

Diante do exposto, verifica-se que nas três eleições sindicais ocorridas na década de 1980 houve a participação de cinco mulheres na composição das chapas que se sagraram vitoriosas. Dessas, três tornaram-se diretoras efetivas, afastando-se do trabalho nas fábricas para se dedicarem à administração da entidade. Apenas Léia fez parte da diretoria por dois mandatos. Nenhuma delas ocupou os principais cargos, como o de presidente, de tesoureiro e de secretário geral.

As trajetórias das sapateiras que se tornaram sindicalistas durante um curto período de suas vidas ofereceram subsídios para a compreensão dos elementos motivadores que conduziram alguns trabalhadores à militância sindical. Léia participava da PO da Igreja de São Benedito e de movimentos sociais de bairro. Lucy participou do grupo de jovens da mesma igreja, e era amiga de Jorge Luis Martins. Vera era militante da Juventude Operária Ca-

tólica (JOC) e Maria das Graças participava da PO da Igreja da Capelinha. A presença em movimentos sociais, assim como a amizade com líderes da Oposição Sindical Sapateira, contribuiu para que freqüentassem a entidade, para que participassem das greves dos anos 1980 e para o convite para que fizessem parte das chapas que disputaram as eleições do período. Portanto, tais características reforçam a afirmação sobre a importância que os princípios da Teologia da Libertação, em conjunto com a repercussão do movimento sindical do ABC e de São Paulo, tiveram para a formação do “novo sindicalismo” em Franca.

Esse modelo de sindicalismo teve grande rejeição por parte dos industriais. Foram comuns os relatos a respeito de casos em que os patrões tentaram forçar as militantes sindicais a retirar suas candidaturas e de perseguições durante o tempo em que foram diretoras de base do sindicato. Alguns industriais chegaram a agredir verbalmente as trabalhadoras que fizeram parte das chapas que disputaram as eleições sindicais. Léia relatou que, em 1985, após a divulgação da notícia na fábrica em que trabalhava, passou a sofrer perseguições no cotidiano de trabalho.

Os gerentes vieram e falaram até na cabeça do pessoal, falou na minha cabeça, tentando me tirar. E eu falei que não ia sair não. Aí já começou o gerente pegar no pé. Meu patrão, o Humberto Coelho, o dono do *Paragon*, aquele era enjoado! Aí ele chegou a me xingar, a falar... chamou a gente de desgraça, que onde se via entrar na diretoria. (...) O patrão falou pro chefe e o chefe veio e falou pra nós, falou pra mim: “O patrão lá te xingou e tal...” (...) O chefe chegou a falar que o patrão tinha pedido pra me demitir, que não era pra mim entrar e tal, que era pra sair fora da diretoria, que ia ser melhor pra mim. Mas eu falei que não ia sair e pronto, e foi até ganhar e continuar.⁴⁴

Após a vitória da Chapa 1 em 1985, Léia continuou trabalhando na fábrica por algum tempo. Porém, as perseguições com o objetivo de forçá-la a sair da empresa intensificaram-se, uma vez que ela só poderia ser demitida por justa causa. Seus superiores hierárquicos chegaram a oferecer-lhe o cargo de chefe de seção, com o objetivo de provocar o distanciamento entre ela e os demais trabalhadores.

Chegaram a me oferecer cargo de chefia dentro da fábrica, chefia do pespon-to⁴⁵, de esteira. É lógico que eu sabia que aquilo era só uma maneira de me afastar, porque imagina, né! Falava em chefe a pessoa já se afastava. Então qual que era a intenção deles? Eu entrava de chefe e o pessoal se afastava de mim; falava: “Olha ela aceitou, ela está sendo comprada!”. Então me oferece-

ram cargo de chefia. Eu levei muita suspensão, eu levava advertência ou levava suspensão. Aí eu levava na Justiça e ganhava aqueles dias de suspensão. Até que uma vez eu levei quinze dias de suspensão do serviço e depois eles me deram justa causa.⁴⁶

Depois de sua demissão, Léia passou a trabalhar na parte de atendimento ao público no Sindicato dos Sapateiros. Esse caso exemplifica o receio por parte dos industriais de manterem no interior de suas empresas um dirigente sindical que defendia o confronto entre trabalhadores e patrões. Os diretores de base poderiam fomentar conflitos no cotidiano de trabalho, estimular os trabalhadores a recorrer à entidade para exigir o cumprimento de seus direitos, além de representarem uma ameaça constante de eclosão de greves no interior das indústrias.

Everalda de Souza (Vera) aproximou-se desse grupo de sindicalistas após participar ativamente da organização de uma greve na fábrica em que trabalhava. Foi convidada a compor a chapa que disputaria a reeleição no ano de 1988. Após relutância, pois não tinha interesse em ingressar no sindicato e sim em continuar sua militância na JOC (Juventude Operária Católica), aceitou o convite. É importante destacar a estratégia que os sindicalistas adotaram para que ela não fosse demitida entre o período posterior à realização da greve e a inscrição da chapa. De acordo com seu depoimento, o advogado do Sindicato conseguiu um atestado médico para que se afastasse do trabalho em decorrência de uma lesão no braço.

E quando tudo aconteceu, eles enfaixaram o meu braço, lá [no sindicato]. E realmente apareceu o atestado. Não me pergunte quem deu esse atestado, não sei nada, só sei que esse atestado apareceu. Para dar garantia. Porque se eu voltasse eu seria demitida.⁴⁷

Após a oficialização da candidatura, a trabalhadora adquiriu estabilidade provisória. Porém, seus problemas no interior da fábrica estavam apenas começando. Vera passou a ser perseguida e chegou a ser impedida de trabalhar, sendo colocada sentada em frente ao relógio de ponto, como o intuito de humilhá-la diante dos demais trabalhadores.

Era chapa única, então eu tinha certeza de estabilidade. Daí veio a perseguição. Eles me botavam até sentada na porta da fábrica, pra todo mundo me ver, sentada perto do cartão de ponto sem fazer nada. Era assim, uma tortura. Coisas absurdas. Na hora do almoço todo mundo vinha falar comigo e ficava gente espiando, espionando (...) Meu irmão trabalhava lá e

mandaram ele embora. Foram em casa conversar com a minha mãe. (...) Meu pai era super reacionário. Eles falaram com a minha família, botaram a minha família louca.⁴⁸

Portanto, a empresa pressionou tanto a trabalhadora como sua família para que desistisse de se candidatar, chegando a demitir um de seus irmãos e tentando persuadir seus pais para que não a deixassem se candidatar. Após a eleição da chapa, os problemas com a chefia continuaram e alcançaram um ponto em que ela pensou em renunciar. A solução encontrada foi a negociação entre um dos diretores do sindicato e a empresa para que Vera fosse liberada para prestação de serviço à entidade.

Questões como essas servem para se compreender alguns dos motivos que contribuíram para muitos dos sindicalistas não voltarem a trabalhar no chão de fábrica. Aqueles que não se tornaram profissionais na direção de entidades representativas, possivelmente tiveram dificuldades para conseguir emprego em fábrica de calçados. Foram comuns as denúncias a respeito da existência da “Lista Negra”, que continha nomes de trabalhadores que haviam tido participação em greves ou no sindicato da categoria. Além da perseguição política, não se pode ignorar que o trabalho no interior do sindicato era menos penoso do que na produção de calçados, além de possibilitar certo *status* aos dirigentes sindicais e projeção política.

Os relatos de Léia, de Lucy e de Vera a respeito da experiência no interior do Sindicato dos Sapateiros demonstraram que o período foi marcado por diversas ambigüidades entre o discurso e a prática dos sindicalistas. A principal questão a ser analisada no momento refere-se à complexidade da relação entre o discurso de luta por igualdade entre homens e mulheres no cotidiano do trabalho, e na sociedade em geral, e a prática diária dos diretores no interior do sindicato. Essa análise será centrada em três elementos. A incorporação de reivindicações específicas das trabalhadoras às campanhas salariais, o discurso em defesa da igualdade das trabalhadoras no boletim *O Sapateiro* e os relatos das sindicalistas a respeito do cotidiano na entidade.

O número absoluto de trabalhadoras sindicalizadas no país, entre 1970 e 1978, cresceu 176,3%, enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) feminina aumentou 123%. Em relação aos homens, o aumento dos sindicalizados foi de 87% e da PEA masculina de 67%⁴⁹. O crescimento significativo do número de trabalhadoras sindicalizadas seria reflexo da efervescência dos movimentos populares do período. A emergência de uma política sindical voltada para as operárias surgiu num espaço aberto por vários movimentos de mulheres, como a luta pela anistia, contra a carestia, por creches, nos grupos de mães, nas Comunidades de Base e em grupos feministas.

No Congresso de São Bernardo (1978) ganharam espaço no cenário do movimento operário os temas pertinentes à condição operária feminina, como divisão sexual do trabalho e opressão sexual na fábrica. No Congresso das Metalúrgicas de São Paulo (1979) reivindicou-se a extensão da licença-maternidade dos três meses garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho para seis meses. Porém, muitas das reivindicações das trabalhadoras ocuparam lugar limitado no conjunto das lutas da categoria. No Congresso Nacional dos Metalúrgicos de 1979 apenas três itens levantados nos congressos de mulheres foram incorporados: salário igual para trabalho igual, licença maternidade de seis meses e creches nos locais de trabalho ou próximas destes⁵⁰.

No caso da categoria dos sapateiros, o principal elemento das campanhas salariais foi a negociação em torno do reajuste e do estabelecimento do piso salarial da categoria. Todavia, diversas outras questões compuseram as pautas de reivindicações, como a redução da jornada de trabalho; o pagamento de abonos; a eleição democrática das CIPAs; férias remuneradas em dobro para que os trabalhadores pudessem realmente gozar o descanso anual; a não cobrança de material de trabalho; estabilidade provisória para trabalhadores que se afastavam em função de acidentes e/ou doenças do trabalho.

As questões relacionadas às trabalhadoras também foram incorporadas nas pautas de negociações. Na Campanha Salarial de 1985 reivindicou-se o afastamento compulsório das gestantes por 120 dias; estabilidade desde o início da gravidez até 180 dias após o término do afastamento; direito de sair dez minutos mais cedo do trabalho na manhã e à tarde; direito de ausentar-se do trabalho por 1h30 em cada período, sem prejuízo salarial, para poder amamentar o filho. Reivindicou-se também remuneração igual para trabalho igual⁵¹.

Nas páginas de *O Sapateiro* o destaque coube à questão salarial, e nem sempre foi possível verificar se tais reivindicações foram aceitas integralmente pelos industriais. Em 1987, 1989 e 1990 foram publicados os artigos da Convenção Coletiva de Trabalho, por meio dos quais se observou que questões como salário igual para trabalho igual e creches nos locais de trabalho ocuparam apenas espaço formal nas reivindicações, não se efetivando na prática, situação praticamente idêntica à de outras categorias, como, por exemplo, a dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo. Em relação à licença-maternidade se estabeleceu o direito de estabilidade às gestantes e o compromisso de pagamento de salários e demais benefícios do período entre o início da gravidez até 60 dias após o término do afastamento compulsório, excetuando-se demissões por justa causa⁵².

Apesar dessa conquista, a questão da estabilidade das gestantes em diversas ocasiões não foi respeitada pelos patrões, dando origem a proces-

tos trabalhistas na Justiça do Trabalho para assegurar o cumprimento da lei. Outras empresas simplesmente se recusaram a contratar mulheres casadas⁵³. Dessa maneira, percebe-se que a simples inclusão de reivindicações dos trabalhadores nas Convenções Coletivas não significava a garantia dos direitos trabalhistas, sendo necessária a luta cotidiana no chão de fábrica e na Justiça do Trabalho para fazer valer seus direitos.

A discussão a respeito da desigualdade social entre homens e mulheres também foi incorporada à imprensa operária do período. A primeira referência ao tema, após a eleição de 1985, se deu em 1986 com o anúncio do I Encontro de Mulheres, a ser realizado nas dependências da igreja da Capelinha. Os temas do evento seriam: “A mulher e a constituinte”, “A mulher e a sociedade” e “A mulher e o sexo”⁵⁴. Contudo, nos boletins consultados não foram publicadas notícias sobre o evento. No mês de maio de 1987, em função do dia das mães, foi dada atenção especial às mulheres trabalhadoras no boletim. Além de convocarem as mães a se sindicalizarem – “mães” e não “trabalhadoras” –, publicou-se um pequeno texto de autoria de Leon Trotsky, no qual o autor afirma que

é evidente que enquanto não houver verdadeira igualdade entre marido e mulher na família, não poderemos falar seriamente em igualdade social e política, enquanto a mulher continuar presa ao trabalho doméstico, ao cuidado da família, à cozinha ou à costura, todas as suas possibilidades de participação na vida social e política estarão seriamente limitadas.⁵⁵

No ano de 1988, foi realizado, em meio às comemorações do Dia Internacional da Mulher, o II Encontro da Mulher Trabalhadora, que ocorreu na Unesp-Franca, cujos temas foram “A mulher e o trabalho” e “A mulher e a sociedade”. Nesse mesmo boletim foi publicada uma charge na qual a personagem Mimi parodiava a frase: “Atrás de todo homem sempre existe uma grande mulher”, afirmando que: “Na frente de toda mulher sempre existe um homem que quer mandar em alguma mulher...”⁵⁶.

Por fim, em 1990, em função do Dia Internacional da Mulher, foi publicado um texto que afirmava que a história oficial do Brasil omite a importância da mulher, principalmente a trabalhadora, na constituição de nossa sociedade. No mesmo número, encontrou-se, pela primeira vez, referência à questão da dupla jornada de trabalho, quando foi publicada uma charge ilustrando a realidade da mulher sapateira em Franca, que, além de trabalhar na linha de produção, sob o ritmo alucinante da esteira, era responsável pelos trabalhos domésticos.

Apesar da incorporação de algumas reivindicações das trabalhadoras e da discussão a respeito da dominação da mulher pelo homem, foi possível

verificar algumas ambigüidades no discurso dos diretores responsáveis pelas publicações da entidade. Um primeiro exemplo foi o de se convocar as “mães”, e não as trabalhadoras, para se sindicalizarem, o que expressa a mentalidade de que o papel social primordial das mulheres na sociedade continuava sendo o da maternidade.

O mesmo teria ocorrido na categoria dos metalúrgicos, indicando que foi um elemento comum na formação do “novo sindicalismo” em diferentes locais e categorias de trabalhadores. Como afirmou Gitahy, na proposta de ampliação da base de mobilização operária, a primeira preocupação se voltou para as companheiras de metalúrgicos, “a preocupação de uma estratégia de mobilização específica em direção às mulheres parte ainda da situação que ocupa a mulher no lar (lugar de companheira do homem) mais que do seu estatuto próprio de trabalhadora...”⁵⁷.

Na categoria dos sapateiros, outro exemplo dessa questão foi encontrado nos casos em que se publicaram notícias referentes ao recebimento de abonos pelos trabalhadores. Nessas ocasiões, falava-se sempre para o trabalhador levar os documentos de seus dependentes: mulheres e filhos. O que indica a concepção de que a esposa continuava a ser vista como dependente de seu marido e seu trabalho como complementar ao do chefe da família. Um último caso foi observado no Caderno de Reivindicações da Campanha Salarial de 1986, quando após a reivindicação do pagamento de férias em dobro publicou-se uma charge que aparentemente mostrava uma imagem comum, um homem na praia paquerando uma mulher. Contudo, ao seu lado está outra mulher, provavelmente sua esposa, a qual está irritada devido ao ato de seu marido. Sem dúvida é uma questão corriqueira no dia a dia. Porém, e se fosse a situação contrária? A imagem de uma mulher, com o marido ao lado, paquerando um homem seria aceita com a mesma naturalidade? Dificilmente. No caso do homem, não apenas a imagem é aceita, como expressa e enaltece sua virilidade. Este tipo de questão indica a introjeção da dupla moral presente no processo sociocultural vivenciado por homens e mulheres. Os homens, na maior parte das vezes, vivenciaram experiências caracterizadas pela maior permissividade para com seu comportamento sexual; por outro lado, as mulheres, desde a infância, eram mais cobradas, vigiadas e coibidas.

Esse conjunto de questões analisadas carrega um significado social extremamente complexo. Indicam a manutenção de uma mentalidade centrada na dominação da mulher pelo homem, contribuindo para se perceber a incapacidade que alguns sindicalistas tiveram em superar completamente determinadas concepções presentes no processo de formação desses indivíduos enquanto sujeitos sociais.

Outras expressões das incoerências entre o discurso de luta pela igualdade entre homens e mulheres e a prática cotidiana centrada na desigualdade foram encontradas nos depoimentos das sindicalistas do período. Os depoimentos indicaram que, para muitos líderes sindicais do período, as mulheres sindicalistas estariam em uma condição inferior no que se refere à administração da entidade. Não por acaso nenhuma delas ocupou posição de destaque na composição interna da diretoria. Vera, por exemplo, afirmou que entrou como membro do Conselho Fiscal, cargo sem nenhuma expressividade. “No conselho fiscal cê vai só dando visto em tudo e eles só punham os mais bobos. Mas se deram mal, porque eu não era assim.”⁵⁸

Vera foi a sindicalista que teceu as mais duras críticas aos companheiros do sindicato. Após ser afastada do trabalho na fábrica, foi colocada para realizar serviços de atendimento ao público, afirmando ironicamente que era um tipo de serviço, na concepção dos diretores, condizente com as tarefas executadas por mulheres. “Eu entrei e eles me colocaram pra fazer homologações, atendimento ao público, porque lá é uma loucura, aquele entra e sai o dia inteiro. *Essas coisas, sabe, que mulher também faz, né!*”⁵⁹ Esse fato constituiu-se em um exemplo de divisão sexual do trabalho e da distinção entre homens e mulheres no que se refere aos assuntos políticos. Como afirma Rosalina Leite,

os homens geralmente se sentem muito mais motivados para a participação na vida sindical e político partidária, qualquer que seja sua posição social. (...) As mulheres, por sua vez, sentem-se marginalizadas na vida sindical e partidária, onde geralmente atuam de forma auxiliar e complementar (é comum, nas assembléias e reuniões políticas, que os homens dirijam os trabalhos e que as mulheres secretariem etc.).⁶⁰

A questão da divisão sexual do trabalho no interior da diretoria também foi comentada por Lucy. Segundo a ex-sindicalista, o machismo entre os diretores não era tão explícito, porém se expressava em questões corriqueiras como a organização de festas juninas e do dia das crianças, uma vez que esse trabalho era delegado exclusivamente às mulheres⁶¹. Lucy afirmou ainda que houve um desinteresse por parte dos diretores em relação à realização do II Encontro da Mulher Trabalhadora, organizado pelo sindicato.

A princípio veio a idéia e todo mundo apoiou, mas não apostou! Porque isso foi discutido em reunião de diretoria que seria feito, mas aí foi aquele boicote mudo. “Vamos distribuir o jornalzinho?”; “Hoje eu não posso, hoje eu tenho que...” Não sei o que e tal. E o jornalzinho começou a ir ficando.⁶²

Outra denúncia a respeito da discriminação sofrida pelas mulheres sindicalistas por parte dos companheiros sindicalistas do sexo masculino foi feita por Vera, que afirmou ter sido alvo de brincadeiras centradas na questão sexual.

Tanto é que a maioria não sabia dirigir e eu tirei carta antes, quando era para dirigir eu pegava o carro e eles falavam que não iam com mulher (...).

Sem dizer as piadinhas, né. “Ah, dia das crianças, tem que fazer isso, tem que enfeitar, isso é coisa de mulher!” Putz, era o pessoal da CUT, os caras deviam ter uma cabeça boa, mas não tinham. *Se diziam os revolucionários, mas eram os revolucionários de merda!*⁶³

Eleonora de Oliveira também se deparou com denúncias desse gênero. Segundo a autora, à rígida disciplina, coerção, vigilância e punições no cotidiano fabril, acrescentam-se pitadas (piadas) de violência a muitas trabalhadoras, tanto pelas chefias, como por colegas homens, no local de trabalho e no sindicato. As piadas e gracejos transitam pelo tema do sexo e do corpo como objeto.

O julgamento do “desvio” da trabalhadora, em relação à maternidade idealizada e ao tradicional lugar de esposa vem expresso nas piadinhas ditas pelos companheiros dos sindicatos: “E suas filhas quem cuida?” “E seu marido não liga de você participar?” “Tá precisando encontrar um esposo.” “Quem mexe como o sindicato fica pra titia ou é sapatão.” (...) ⁶⁴

Não por acaso, todas as trabalhadoras que participaram do Sindicato dos Sapateiros na década de 1980 eram solteiras. Diferentes pesquisas indicaram que o casamento e a maternidade poderiam se constituir em mais um elemento a dificultar a participação sindical das mulheres. Além da dupla jornada de trabalho, que deixava pouco tempo para outras atividades, as mulheres poderiam se deparar com a resistência de seus maridos ou companheiros em relação à militância sindical.

Uma última questão envolvendo a complexa relação entre a situação dos líderes sindicais, defensores de ideais libertários, e a manutenção de concepções patriarcais no relacionamento com as mulheres refere-se à “possível”⁶⁵ utilização do *status* adquirido pela condição de dirigente sindical para a conquista de trabalhadoras da categoria. Lucy relativizou a questão, mas afirmou que era comum a existência de casos em que as próprias trabalhadoras dirigiam-se ao sindicato quando havia diretores da CUT em Franca. O que sugere um processo de mão dupla e demonstra que a introjeção da dupla moral foi comum tanto aos homens como às mulheres, constituindo-se em mais um dos componentes da formação de uma cultura operária⁶⁶.

E às vezes tinham greves, ou reuniões, e por alguma razão vinham diretores da CUT pra cá. Então chegavam e, infelizmente, tinham muitas meninas que iam lá pro sindicato pra ver os diretores da CUT, ou mesmo os diretores daqui mesmo. E se ofereciam, paqueravam eles. E o que acontecia eu não posso te falar. De repente, até eles pegavam alguma menina e iam pra lá. Eu não posso te falar que era um assédio, um aliciamento, mas era de comum acordo; mas tinha sim. Sempre que tinha algum diretor de algum sindicato, ou da CUT mesmo, de fora, sempre tinham as meninas que tavam por ali.⁶⁷

Diante dos elementos expostos e da interpretação desenvolvida, é possível concluir que as sapateiras tiveram pequena participação na administração da entidade. Se por um lado, houve a abertura do espaço para a discussão a respeito da desigualdade sexual no mundo do trabalho e na sociedade de modo geral, por outro lado, tais avanços foram crivados por limites por parte de trabalhadores e trabalhadoras efetivarem os ideais de igualdade social e sexual que defendiam publicamente. Os sindicalistas nem sempre foram capazes de superar aspectos da formação paternalista da sociedade em que viviam, e isso foi mais um fator a contribuir para a incapacidade de se construir relações sociais igualitárias no próprio cotidiano do sindicato. Tais características indicam a manutenção de fragmentações e divisões no interior da classe trabalhadora, no caso específico, tendo por origem as relações de gênero.

RESUMO

A cidade de Franca (SP), tem na indústria calçadista sua principal atividade econômica, sendo um dos maiores centros produtores de calçados do país. As mulheres trabalhadoras ocuparam posição de destaque no processo de industrialização do município, compondo cerca de 40% da força de trabalho empregada no setor. Contudo, a história da classe trabalhadora do município foi escrita, sobretudo, no masculino, desconsiderando-se as experiências das trabalhadoras do calçado. Neste artigo, busquei interpretar a participação das operárias no cotidiano do Sindicato dos Sapateiros nos anos 1980, período de formação do “novo sindicalismo” em Franca, bem como analisar a incorporação de suas reivindicações específicas ao conjunto mais amplo das lutas da categoria.

PALAVRAS-CHAVE

História do trabalho; história de mulheres; indústria calçadista; sindicalismo.

ABSTRACT

The city of Franca (SP), has in the shoemaker industry its main economic activity, being one of the biggest producing centers of footwear of the country. Women workers occupied a remarkable position in this process of in-

dustrialization of the city, composing about 40% of the work force used in this shoemaker industry. However, it occurs that the history of the working class of the city had been written principally in the masculine, it ignoring the experiences of the women workers. In this article, analysed the participation of women workers in the Shoemakers' union in the decade of the 1980s, the period of the formation of *new unionism* in Franca.

KEYWORDS

Labor History; history of women; shoemaker industry; Trade Unionism.

NOTAS

¹ Este artigo é parte do quarto capítulo de minha dissertação de mestrado: *Anônimas da história: relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980* (Franca, SP), dissertação de Mestrado em História, FHDSS, Unesp, Franca, 2006, que contou com o financiamento da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Uma versão resumida foi apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História ANPUH, São Leopoldo (RS), em julho de 2007. Agradeço a Fernando Teixeira da Silva pela leitura, pelas correções, sugestões e comentários de versões preliminares.

² Doutorando em história social do trabalho pela Unicamp e Bolsista Fapesp. Contato do autor: vdrezende@yahoo.com.br.

³ De agora em diante, apenas Sindicato dos Sapateiros.

⁴ Cf. discussão sobre o tema em MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

⁵ ALCANTARA, Adriana C. de e PEDRO, Valéria B. de C. *Um velho sindicato... uma nova atuação*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social, FHDSS, Unesp, Franca, 1988; DOMINICI, Gilmar. *Sapateiros em luta*. TCC em Serviço Social, FHDSS, Unesp, Franca, 1988; CANOAS, J. W. *Nas pegadas dos sapateiros*. Unesp/Prefeitura Municipal de Franca, Franca, 1993.

⁶ PICCININI, Valmíria C.; ANTUNES, Elaine Di Diego e FARIA, Maurício Sardá de. "Estratégia sindical dos trabalhadores do setor calçadista". In LEITE, Márcia de Paula (org.). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1987, p. 175-255; GUIMARÃES, Maria Isabel B. do N. *Sindicalismo e atitudes operárias. Franca-1982-2000*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, FHDSS, Unesp, Franca, 2001; OLIVEIRA, Tito F. B. N. de. *Inovação sindical e burocratismo: limites e avanços do sindicalismo cutista no Sindicato dos Sapateiros de Franca (STIC)*. Dissertação de Mestrado em História, FHDSS, Unesp, Franca, 2002; CRICO, Ana Paula. *As relações de trabalho na indústria calçadista*. Dissertação de Mestrado em História, UFU, Uberlândia, 2006.

⁷ ALVES, Elisabete Aparecida. *A organização operária em Franca e o Serviço Social*. 1983. TCC em Serviço Social, Instituto de História e Serviço Social, Unesp, Franca, 1983. [grifo meu]

⁸ *Ibidem*, p. 55-56. [grifos meus]

⁹ THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001, p. 271-272.

¹⁰ Recentemente, outras expressões de lutas operárias e conflitos de classe foram objetos de pesquisas, cf. dentre outros: MALATIAN, Teresa Maria. “Memória e identidade entre sapateiros e curtumeiros”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, n. 31/32, p. 193-206, 1996; REZENDE, Vinícius D. de. *Lutas silenciosas: experiências de vida a partir da memória de velhos sapateiros (Franca 1920-1980)*. TCC em História, FHDSS, Unesp, Franca, 2003; SOUZA, Samuel Fernando de. *Na esteira do conflito: trabalhadores e trabalho na produção de calçados em Franca (1970-1980)*. Dissertação em Mestrado em História, FHDSS, Unesp, Franca, 2003. A análise do sindicalismo corporativista em Franca, tarefa ainda não realizada, é um dos temas de minha atual pesquisa de doutorado.

¹¹ Cf., dentre outros, LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A operária metalúrgica: estudo sobre as condições de trabalho de operárias metalúrgicas na cidade de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1984; e LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

¹² Depoimento de Gilson Rodolfo Martins a Tito F. B. N. de Oliveira, em 16 de outubro de 2001.

¹³ OLIVEIRA, *op. cit.*, f. 82.

¹⁴ *Ibidem*, p. 85.

¹⁵ Depoimento de Jerônimo Francisco de Souza a Tito F. B. N. de Oliveira, no dia 22 de setembro de 1998.

¹⁶ Depoimento de Nelson Fanan a Tito F. B. N. de Oliveira, s.d.

¹⁷ OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 88.

¹⁸ Depoimento de Jorge Luis Martins a Tito F. B. N. de Oliveira, em 20 de setembro de 1998.

¹⁹ A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo teve como principal característica a organização tendo por base a fábrica. Inicialmente, pretendia-se, por meio das comissões de fábrica, estabelecer um “contrapoder” que fizesse frente ao poder das chefias, partindo-se das pequenas lutas no cotidiano de trabalho. Com o desenvolvimento das greves de 1978-1979, a maioria das comissões de fábrica assumiu o papel de representantes dos trabalhadores nas negociações salariais. Em seguida, a transformação do sindicato em uma organização democrática, com bases nas fábricas e livre da tutela governamental, tornou-se o objetivo central do movimento. Cf. SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²⁰ Depoimento de Jorge Luis Martins a Tito F. B. N. de Oliveira.

²¹ A Constituição de 1988 estabeleceu a jornada de 44 horas semanais; os trabalhadores lutavam pelas 40 horas semanais.

²² Depoimento de Gilson Rodolfo Martins a Tito F. B. N. de Oliveira. [grifo meu]

²³ Hélio Aparecido Rodrigues já havia montado outras chapas de oposição, porém sem obter a vitória eleitoral. Foi um dos diretores eleitos em 1982, rompeu com o

grupo e, em 1985, montou uma chapa de oposição, a qual foi derrotada e classificada pelos seus ex-companheiros como uma “Chapa Patronal” e “pelega”. Cf. panfletos de campanha da Chapa 1 de 1985.

²⁴ Depoimento de Jairo Ferreira a Tito F. B. N. de Oliveira, em 14 de maio de 2001. [grifos meus]

²⁵ Depoimento de Rubens Aparecido Faccirolli a Tito F. de Oliveira, no dia 5 de outubro de 2001. Rubens ocupou diversos cargos na entidade, dentre os quais, primeiro secretário, tesoureiro e presidente, na década de 1990.

²⁶ Cf. STIC. *Livro de Recortes de Jornais do Sindicato dos Sapateiros*. 1982, 1983, 1984 e 1986. Os livros foram confeccionados pelos diretores do sindicato com recortes de jornais – *Comércio da Franca*, *Diário da Franca*, *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo* – a respeito dos acontecimentos relacionados à categoria.

²⁷ Depoimento de Fábio Cândido da Silva a Tito F. B. N. de Oliveira. [grifos meus]

²⁸ Depoimento de Jorge Luis Martins a Tito F. B. N. de Oliveira. [grifos meus]

²⁹ Depoimento de Fábio Cândido da Silva a Tito F. B. N. de Oliveira.

³⁰ Depoimento de Everalda Aparecida de Souza Flores ao autor, em 4 de fevereiro de 2005.

³¹ STIC. *Livro de Atas de Posse*. Aberto no dia 24 de outubro de 1967. Não foram encontrados nos arquivos da entidade os livros de atas de posse dos anos anteriores.

³² O voto feminino foi garantido pela Constituição de 1934.

³³ Cf. análise sobre o tema no terceiro capítulo de *Anônimas da história*.

³⁴ Depoimento de Maria das Graças de Moraes ao autor, em 10 e 17 de março de 2005.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ Depoimento de Cecília Santos Silvestre ao autor, em 17 de abril de 2005.

³⁷ Depoimento de Joana Odete da Silva ao autor, em 1º de agosto de 2004.

³⁸ STIC. Livro de Atas de Posse. Ata de Eleição do presidente e distribuição de cargos. 26 out. 1982.

³⁹ STIC. *Boletim de Campanha da Chapa 1*. n. 0, jun. 1985.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ Depoimento de Lucy Lene Joazeiro ao autor, em 12 de fevereiro de 2005.

⁴² Depoimento de Léia Maria de Rezende Silva ao autor, em 6 e 8 de março de 2005.

⁴³ Depoimento de Lucy Lene Joazeiro ao autor. [grifos meus]

⁴⁴ Depoimento de Léia Maria de Rezende Silva ao autor.

⁴⁵ Pesponto: setor responsável pela execução das tarefas relacionadas à costura do calçado.

⁴⁶ Depoimento de Léia Maria de Rezende Silva ao autor.

⁴⁷ Depoimento de Everalda Aparecida de Souza Flores ao autor.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ GITAHY, Leda; HIRATA, Helena; LOBO, Elizabeth; MOYSES, Rosa Lúcia. “Operárias: sindicalização e reivindicações (1970-1980)”. *Revista de Cultura e Política*. Cortez/CEDEC, n. 8, 1982, p. 101.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 113.

⁵¹ STIC. *Campanha Salarial/85 – Força e União*.

⁵² STIC. *O Sapateiro*, n. 30, fev. 1987. Convenção Coletiva de Trabalho – Vamos continuar tirando sapato do patrão; STIC. *O Sapateiro*, n. 85, fevereiro de 1989; STIC. *O Sapateiro*, n. 106, dezembro de 1989.

⁵³ Cf. discussão sobre o tema no Capítulo 2 de *Anônimas da História*.

⁵⁴ STIC. *O Sapateiro*, n. 20, ago. 1986.

⁵⁵ STIC. *O Sapateiro*, n. 32, maio 1987.

⁵⁶ STIC. *O Sapateiro*, n. 60, fev. 1988.

⁵⁷ GITAHY *et al.*, *op. cit.*, p. 112.

⁵⁸ Depoimento de Everalda Aparecida de Souza Flores ao autor.

⁵⁹ *Ibidem*. [grifos meus]

⁶⁰ LEITE, *op. cit.*, p. 129.

⁶¹ Depoimento de Lucy Lene Joazeiro ao autor.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ Depoimento de Everalda Aparecida de Souza Flores ao autor. [grifos meus]

⁶⁴ OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. *A mulher, a sexualidade e o trabalho*. São Paulo: Hucitec/CUT, 1999, p. 106-107.

⁶⁵ Esse tema extremamente polêmico foi sugerido em alguns depoimentos. Por não ter obtido maiores detalhes sobre o assunto, optei por citá-lo como caso *possível*, sem o definir como fato comprovado e incontestável; além disso, tomei o devido cuidado para não expor nomes que viessem a comprometer publicamente algum personagem citado.

⁶⁶ Devido aos limites do texto, chamo a atenção para o fato de que na minha dissertação me detive com a devida atenção à interpretação dos diferentes significados dos discursos de trabalhadoras que tenderam a justificar os casos de assédio sexual por parte de superiores hierárquicos como “culpa” das próprias mulheres, que se “ofereciam” ou eram “coniventes”. Em síntese, esse tipo de discurso é mais uma das expressões da reprodução da dupla moral por parte das trabalhadoras, segundo a qual os homens estariam seguindo seus instintos naturais, cabendo às mulheres evitar maiores liberdades. Cf. *Anônimas da história*. p. 120-121.

⁶⁷ Depoimento de Lucy Lene Joazeiro ao autor.